

A REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS DAS CIDADES BRASILEIRAS¹

Bárbara Freitag

RESUMO: Este artigo apresenta uma tipologia das cidades brasileiras, leva em consideração alguns aspectos do patrimônio urbano: (a) cidades históricas abandonadas, em ruínas; (b) cidades coloniais intocadas que sobreviveram pelo olvido no tempo, sendo redescobertas hoje; (c) cidades históricas em sua origem que sofreram o “arrastão da modernização” sem maiores cuidados em preservar seus centros antigos; (d) cidades sem história, que saíram da prancheta do urbanista, tipo Goiânia; e (e) cidades utópicas que nunca saíram do papel, como o projeto de Le Corbusier para o Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia urbana, teoria das cidades, tipologias urbanas, patrimônio histórico, preservação urbana.

“Somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos.”

Walter Benjamin

Parto de uma moldura teórica que orienta o nosso Projeto de Pesquisa Integrada – “Itinerâncias urbanas”, do qual sou uma das coordenadoras. Nesta pesquisa defendemos a tese da “itinerância” das cidades brasileiras, em especial, das cidades-capitais (federais e estaduais). Juntamente com a itinerância urbana acontece o que chamamos

¹ Este artigo é uma homenagem a Aloísio Magalhães, que conheci como “colega”, quando foi nomeado professor da UnB no IDA. Por intermediação de Clara Alvim, Fausto Alvim e outros colegas, fui indicada para colaborar com Aloísio Magalhães no “embrião” do futuro Ministério da Cultura, em 1975, chamado à época de “Centro Nacional de Referência Cultural”. Esse Centro passou a funcionar na antiga Reitoria (hoje Faculdade de Educação) da UnB. Aloísio Magalhães requisitou-me para esses trabalhos por dois semestres, período em que fui dispensada dos trabalhos docentes no então Departamento de Ciências Sociais, para dedicar-me a certas tarefas de pesquisa, que envolviam “a interpretação do Brasil” por cientistas sociais brasileiros e o movimento modernista e regionalista dos anos 20 e 30. A pedido de Aloísio Magalhães e em nome do Centro fui enviada para a Alemanha, para estudar o uso da informática (e do computador) no armazenamento de dados qualitativos. Existe um relatório meu sob forma de Caderno do CNRC, Brasília: UnB, 1975. Continuei trabalhando com a equipe e com A. Magalhães até a minha saída do Brasil, em 1976.

de “poderes peregrinos” e “representações nômades”. Simplificando bastante, partimos da constatação, de que é corriqueiro na histórica das aldeias, vilas e cidades brasileiras (desde os primórdios da colônia), abandonar ou deixar atrás de si núcleos urbanos criados, para fundar outros, paralelos, transferindo as funções do antigo para o novo. Deste modo, a cidade “abandonada” pode viver um período de estagnação e até mesmo cair no esquecimento.

Enquanto isso, a cidade nova, paralela, que passa a assumir as funções político-administrativas, econômicas e comerciais atrai todas as atenções e concentra riqueza e prestígio. É para essas cidades que se dirigem as ondas migratórias; é para elas que tradições e costumes regionais (indumentária, comidas, arte, música) são levadas e refundidas, num verdadeiro “*melting pot*” das culturas (o que chamamos de “representações nômades” em nossa pesquisa).

Aceitando-se essa moldura teórica geral, é possível criar uma “tipologia” das cidades brasileiras, que permite uma análise pormenorizada do tema que aqui interessa. De acordo com a metodologia proposta por Max Weber, seria possível distinguir cinco tipos de cidades, tomando como referência sua formação histórica (colonial):

1. **Cidades históricas abandonadas**, descuidadas, em ruínas, “mortas”.
Exemplos: Alcântara no Maranhão e São Miguel (dos 7 Povos das Missões) no RS;
2. **Cidades históricas esquecidas**, que numa espécie de “Sonho de Bela Adormecida” sobrevivem intocadas às intempéries do tempo e à margem da fúria modernista. Sua beleza e originalidade são redescobertas e revalorizadas, no Brasil, na segunda metade do século 20.
Exemplos: Parati, Tiradentes, Olinda.
3. **Cidades históricas (em sua origem)**, via de regra construídas no período colonial, sitiadas, invadidas, destruídas e **revitalizadas pela modernidade** tomando como critérios a higienização (O.Cruz e Pereira Passos), o embelezamento (C.Sitte) e a funcionalidade (Hausmann).

À base desses critérios, as cidades desse tipo foram adaptadas ao tráfego moderno (do bonde, automóvel, helicóptero), saneadas (instalando-se água, esgoto, luz, telefone) e para o uso mais econômico do solo, verticalizadas. Deste modo, transformaram-se em centros urbanos descaracterizados, caóticos, pouco hospitaleiros, poluídos, intransitáveis. Seus núcleos históricos, via de regra, sucumbiram às pressões dos especuladores de terrenos, dos engenheiros civis, dos arquitetos modernos e pós-modernos. Exemplos: Salvador, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, entre outras.

4. **Cidades sem história**, projetadas na prancha, para territórios vazios, por arquitetos e urbanistas comprometidos com a Carta de Atenas e a política da terra arrasada. Trata-se de cidades “jovens”, sem passado histórico que por vezes primam pela inventividade e originalidade. Nelas, seus idealizadores aplicam técnicas e materiais de construção novos.

Ao contrário das cidades utópicas, essas cidades sem história foram concretizadas, saindo do papel para o espaço urbano. Este tipo de cidade existe em grande número no Brasil. Os exemplos mais conhecidos, são: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Marília, Londrina, entre outras.

5. **Cidades utópicas**, ao contrário das cidades sem história, são cidades que não saíram do papel. Foram concebidas por arquitetos “lunáticos”, brincalhões, escultores, sonhadores. Exemplos: Os projetos urbanísticos de Le Corbusier para o Centro de Paris, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires e Montevideu, entre muitos outros exemplos e autores utópicos na linhagem de Charles Fourier, Considerant, Owen e tantos outros. Para essas cidades vale o que Walter Benjamin constatou em suas “Passagens de Paris” para a “Capital do século XIX”. Os arquitetos pretendem montar “na cidade real a cidade de sonho, Paris, como configuração composta de todos os planos de edifícios, dos esboços de ruas, dos pro-

jetos de parques, dos sistemas de nomenclaturas, de todas as tentativas que nunca se realizaram.” (“Das Passagenwerk”, p.517)

Esta tipologia tem valor “heurístico”, ou seja: sugere pistas para responder à questão central do nosso tema, como enfrentar os desafios e a revitalização dos centros históricos hoje. Não precisamos dedicar muita atenção aos dois tipos de cidades citados por último: o das “cidades sem história” e “cidades utópicas” a não ser que elas ofereçam soluções práticas que possam beneficiar a preservação e o resgate de prédios e estilos de vida do passado histórico.

* * *

Minha atenção se concentrará, pois, nos três primeiros tipos: **as cidades coloniais abandonadas** (mortas), **as cidades coloniais esquecidas** mas preservadas pelo esquecimento e **as cidades modernas** com um passado e núcleo histórico ameaçado ou praticamente esquecido.

Vou dedicar algumas reflexões a cada um dos tipos, fazendo referências àquelas cidades cujos projetos de “preservação” e “revitalização” tive oportunidade de acompanhar de perto.

As cidades coloniais abandonadas (mortas):²

Começo com **as cidades dos “Sete Povos das Missões”**, projeto urbanístico mencionado por Voltaire em seu “Candide” e que constitui uma utopia religiosa posta em prática pela ordem dos jesuítas. Essas reduções jesuíticas que se espalharam pela bacia do Prata, abrangendo o Paraguai, Uruguai e o Brasil de hoje constituem um episódio vergonhoso da colonização ibérica na América do Sul. Como vale a pena recordar, espanhóis e portugueses assinaram em 1750 o “Tratado de Madri” pelo qual faziam uma troca da Província Cisplatina (de coloni-

² Literatura usada: Roberta Marx Delson: *Novas Vilas para o Brasil colonial, planejamento social para o século XVIII*. Brasília: Editora Alva, 1979. Volney, *Les ruines ou méditations sur les révolutions des empires*. Paris: Garnier Frères Editeurs, s.d. Nelson Brissac Peixoto. *Cenários em ruínas*. A realidade imaginária contemporânea. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

zação portuguesa), hoje o Uruguai, pelo atual Estado do Rio Grande do Sul, colonizado pelos padres jesuítas espanhóis, que haviam criado as cidades (reduções) de São Miguel, entre outras, em que acontecia um convívio pacífico de vários povos guaranis com seus caciques, agrupados em torno da Igreja e mosteiro jesuítico. Por imposição dos governos ibéricos, essas reduções deveriam ser dissolvidas e transferidas para território uruguaio e paraguaio. Os guaranis associados aos jesuítas não quiseram submeter-se a essa arbitrariedade e resolveram lutar contra as tropas portuguesas e espanholas. Foi um banho de sangue, em que os índios obviamente foram perdedores. Da antiga redução fundada no início do século XVIII somente restaram as ruínas da nave principal e algumas celas de padres. Nos séculos subseqüentes, o mato, árvores e arbustos tomaram conta das muralhas e das celas do padres. Agora a luta do IPHAN é com o IBAMA. A vegetação tem mais direito à proteção que o Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO? O museu histórico reúne peças encontradas nos campos, que outrora eram cultivados pelos padres e guaranis. A autoria é de Lúcio Costa.

E continuo com a cidade de **Alcântara/Maranhão**

O pretexto para conhecer essa cidade-ruína foi uma visita a São Luiz do Maranhão, sugerida por Alberto da Costa e Silva, o atual Presidente da ABL e a leitura do romance de Josué Montello, “Noites de Alcântara”, de autoria de outro acadêmico. O nome da cidade decorre do fato histórico de que foi planejada e parcialmente realizada para receber o Imperador D. Pedro II de Alcântara, que tinha uma visita marcada para 1845. Essa visita não aconteceu e a cidade começou a entrar em decadência. É de difícil acesso, a travessia da desembocadura do rio que leva de São Luiz para Alcântara é perigosa. A barca é acompanhada por tubarões. Hoje funciona nas proximidades dessa cidade fantasma uma base militar, da qual os militares pretendiam lançar foguetes com ogivas atômicas.

moradores, que até então haviam feito pouco caso do valor das quatro paredes em que viviam, deixando suas casas deteriorarem, entregues às intempéries do tempo e do clima austero das regiões.

Sua condição de cidades esquecidas e/ou abandonadas, mas arquitetonicamente bem conservadas, sem dúvida, se deveu ao fato de outras cidades em sua proximidade, com é o caso de São João del Rey para Tiradentes (antiga Vila de São José del Rey), Angra dos Reis para Parati, Recife para Olinda, para mencionar somente alguns exemplos, assumiram o ônus da modernização, deixando as velhas cidades coloniais (na maior parte as capitais de províncias) em paz.

Mas foi, obviamente, o planejamento urbano moderno, que construiu cidades novas, segundo o figurino da Carta de Atenas, do Bauhaus e de outros modernistas nacionais e estrangeiros, e assegurou, involuntariamente, a sobrevivência de cidades como Ouro Preto e Mariana, para as quais Belo Horizonte serve como capital de referência; Goiás Velho que tem em Goiânia sua base de sustentação econômica ou Pirenópolis, famosa por suas Cavalhadas, que pode facilmente recorrer à infra-estrutura de Brasília, a nova capital. Outros exemplos podem ser mencionados: São Cristóvão em Sergipe, que perdeu seu estatuto de capital para Aracaju, mas com isso preservou seu patrimônio cultural e histórico.

Hoje em dia, quase todas essas cidades históricas são grandes atrações turísticas, centros de preservação e venda do artesanato popular, e, em alguns casos, até mesmo o cenário de filmes que buscam reconstituir a época colonial, os conflitos entre senhores e escravos, conflitos políticos, e insurreições contra a hegemonia da coroa portuguesa, entre outros temas. É o caso de Tiradentes, que a TV Globo transformou em sua Cine Cità (dos pobres) e onde já foram filmados “O Menino Maluquinho”, “Alves e Cia.” entre outras. No momento, serve de cenário para “As alegres mulheres de Windsor”, em adaptação da peça de Shakespeare.

Essas cidades descobriram uma vocação histórica, da qual Aloísio Magalhães, sem dúvida, se teria orgulhado. Ele rejeitava a idéia de

As cidades históricas coloniais,³ que acordaram do longo sono da Bela Adormecida como Parati, Olinda, Ouro Preto, Mariana, Sabará, Congonhas, Diamantina e Tiradentes, para mencionar somente algumas, foram cidades que em sua maioria, possuíam minério de ouro, altamente cobiçado no Século XVIII ou – como Parati – serviram como porto para o seu escoadouro. Levas de aventureiros, escravos (vale lembrar a lendária figura de “Chico Rei”), comerciantes e administradores da Coroa Portuguesa passaram a povoar a região das Minas Gerais, formando inúmeras cidades. Algumas delas desapareceram, pertencendo assim à primeira categoria (ou tipologia) aqui tratada; outras, sobreviveram esquecidas, ficando à margem das grandes vias de comércio e portos de exportação dos novos produtos de exportação que faziam a riqueza do Brasil. A causa principal da decadência e do olvido em que caíram, foi o esgotamento das minas de ouro, prata e das jazidas de pedras preciosas, como esmeraldas e turmalinas. Mas, como essas riquezas jamais se esgotaram totalmente, as antigas cidades coloniais, que constituíram um ciclo econômico e asseguraram um verdadeiro “boom” do progresso de todas as artes, ciências e arquitetura urbana, nunca foram de todo abandonadas. Elas sobreviveram “vegetando” à margem do progresso econômico e tecnológico, até serem redescobertas em sua bela arquitetura colonial, com suas maravilhosas igrejas barrocas, seus becos românticos e seus sobrados imponentes, como um verdadeiro tesouro histórico, uma espécie do “Brasil verdadeiro”, do “Brasil profundo”. Foram elas o objeto dos cuidados do Patrimônio Histórico Nacional, inaugurado no governo Vargas, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema e de seus assessores como Carlos Drumond de Andrade e Rodrigo de Mello Franco.

Com auxílio da indústria turística essas cidades foram restauradas a partir dos anos 40, mais especialmente na segunda metade do século XX, constituindo a “galinha dos ovos de ouro” para os seus

³ Fontes consultadas para esse tópico: Londres, Cecília (org.) do número especial da *Revista Tempo Brasileiro*, no.147. Patrimônio imaterial, Rio: Editora TB, dez. 2001; em especial as contribuições de Angelo Oswaldo, Ana Gita de Oliveira, Jurema Machado Marina Mello, discutindo o patrimônio de Ouro Preto, Goiás Velho, Parati, entre outras cidades).

atribuir aos objetos materiais um valor museal. Ao contrário, sempre combateu essa idéia e idealizou uma forma viva, poder-se-ia dizer “antropófaga” de consumir a cultura do passado, deglutindo-a, transformando-a, vomitando algo de novo, que de certa forma preservava elementos do passado. As cidades coloniais brasileiras de outrora, que descobriram um filão econômico novo (o turismo) que lhes permitisse sobreviver, seriam interpretados por Aloísio Magalhães como uma forma de “revitalização”, bem sucedida.

Não é bem o caso de uma cidade histórica, como Petrópolis, residência de verão da família real brasileira (os Bragança), que pela proximidade com o Rio de Janeiro vem sofrendo uma descaracterização (como herança histórica) e degradação crescente do meio ambiente. Este também é o caso das poucas cidades coloniais que existiram no território que hoje é chamado de Distrito Federal e abarca a cidade de Brasília (Plano Piloto). Aqui Luiziânia e Planaltina, que tinham autonomia administrativa e financeira, hoje nada mais são que “cidades satélites” da nova Capital, apresentando todas as mazelas e patologias das outras cidades satélites que foram pipocando e crescendo com a consolidação da nova capital.

As cidades de origem histórica, sitiadas pela modernidade⁴ e ameaçadas de perda total ou parcial de seu patrimônio histórico como Salvador, Fortaleza, Recife, Rio, São Paulo, entre outras, têm feito esforços grandes para salvar o patrimônio colonial e revitalizar certas á-

⁴ Referências usadas: Ana Elisabeth de Almeida Medeiros: *Materialidade e Imaterialidade criadoras*. O Global, o nacional e o local na Construção do Patrimônio Mundial: O “Bairro do Reife” como caso. (Tese de Doutorado, defendida na UnB/SOI, março de 2000.

Nestor Goulart Reis Filho. *São Paulo e outras cidades*. Produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: HUICTEC, 1994.

Pedro de Almeida Vasconcelos. *Dois Séculos de Pensamento sobre Cidade*. Ilhéus/Bahia, Editora da UESC, 1999.

Maria Cristina da Silva Leme (org.) *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*, Fupam, Studio Movel, S.Paulo, 1999

Quatro vezes Fortaleza, Guia cultural. Fortaleza 2000.

João Braga. *Trilhas do Recife*. Guia turístico, histórico e cultural, Recife, 2000.

Zuenir Ventura. *Cidade Partida*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Lilian Fessler Vaz: *Modernidade e moradia. Habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX/XX*. Rio: FAPERJ/7 Letras, 2002

reas urbanas em que há prédios de valor histórico. Raras vezes - como é o caso do Pelourinho de **Salvador**, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em **Fortaleza**, enquadrado pelos galpões da rua Iracema, “O Bairro (do porto) de Recife” na capital pernambucana, ou a área do mercado central em **São Luiz** do Maranhão - bairros inteiros puderam ser “salvos”, revitalizados e reintegrados na paisagem urbana, predominantemente moderna ou pós-moderna das grandes cidades brasileiras. Via de regra, o IPHAN somente teve a possibilidade de intervir para evitar a demolição de antigos prédios históricos, preservando-os para a posteridade. É o caso da Casa da Cultura (Prisão até 1973) em **Recife**, que tem a estrutura arquitetônica do Panópticum de Bentham, tão bem descrita no tratado de Michel Foucault “Vigiar e Punir” (1979); o Teatro José de Alencar, em **Fortaleza**, que dá para a grande Praça pública; a Estação da Luz em **São Paulo**, de onde até hoje partem trens para algumas áreas interioranas de São Paulo, o Mercado ou o Teatro Municipal, recuperado durante o governo Jânio Quadros, a casa Mário Quintana, em **Porto Alegre**; o Museu Histórico ou a Casa de Cultura do Banco do Brasil no **Rio de Janeiro**.

A impressão “a olho nu” que se tem, é que todos esses esforços são pontuais, isolados, não decorrem de uma visão e valorização de conjunto de uma “substância urbana” do passado que merecesse ser preservada no presente e para as gerações futuras. Tudo indica que a conscientização do valor intrínseco das construções, que testemunham etapas da vida e da história colonial e imperial brasileira – o Pró-Memória, criado por Aloísio Magalhães – chegou com uma, duas ou até mesmo três décadas de atraso, quando a maior parte dos prédios ou conjuntos de velhos casarios já estavam decrépitos ou já tinham sido derrubados, sem critérios, sem perdão, sem conhecimento de causa.

Não é a toa que Pereira Passos, o prefeito do Rio de Janeiro, que se inspirou nas reformas urbanas de Haussmann em Paris, recebeu no Rio de Janeiro o apelido de “Bota-Abaixo”. Em boa parte das reformas e planejamentos dos centros urbanos brasileiros que tinham uma

herança histórica na forma de quarteirões, parques, orlas marítimas, prédios públicos e privados, os critérios alegados para “botar tudo abaixo” eram, via de regra, higiênicos, mas encobriam, de fato, interesses particulares, políticos e econômicos. Falava-se em reforma urbana mas fazia-se saneamento urbano, higienização, campanhas de saúde (mata-mosquitos, etc.). Poucos critérios arquitetônicos ou urbanísticos, estéticos, práticos (programas habitacionais para a grande maioria da população pobre, trabalhadora, os miseráveis) eram levantados e realizados. Esse fato marcou profundamente a face das capitais e cidades modernas e modernizadas brasileiras. Elas têm muito em comum com as cidades “feridas” européias da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Apesar de não terem sofrido ataques aéreos ou terem sido tomadas por tropas dos inimigos, como no caso de Stalingrado, Berlim, Hamburgo, Dresden, Londres, as cidades brasileiras parecem ter sofrido guerras, tendo sido “feridas”, “demolidas” e reconstruídas caoticamente, sem plano, sem previsão, sem concepção. São, nas palavras do psicanalista alemão Alexander Mitscherlich “cidades pouco hospitaleiras”, (*unwirtliche Städte*), hostis às populações que as habitam e nelas circulam em busca de empregos, em busca de formas de sobrevivência, em busca de um teto.

As cidades brasileiras sitiadas e transformadas pela modernidade e pós-modernidade não conseguiram absorver os pobres, os sem-terra e sem-teto, os indigentes, os vendedores ambulantes, os trombadinhas. Criaram-se fossos insuperáveis entre os moradores enclausurados em condomínios fechados, verdadeiras fortalezas e as favelas, cidades satélites, moradores ocupando cortiços, dormindo embaixo das pontes e no meio fio das calçadas. Trata-se, nas palavras de Zuenir Ventura, de “cidades partidas”, cidades sitiadas.

PROGNÓSTICOS PARA O FUTURO

Assim como tratei das cidades dentro da tipologia proposta, farei esse prognóstico, para cada um dos três tipos de cidades aqui co-

mentadas, antecipando, sem querer ser uma vidente ou cartomante, alguns dos possíveis desenvolvimentos, recorrendo às experiências de outros modelos de preservação no mundo

As cidades em ruínas, mortas, não poderão ser “recuperadas ou revitalizadas”. As ruínas deveriam ser tratadas e consolidadas como “*Denkmähler*” e “*Mahnmäbler*”, na acepção semântica das palavras, para servirem de memória e advertência para cidades futuras. Precisamos dar-lhes o destino de Pompéia, Athenas, Roma.

As cidades históricas preservadas e revitalizadas, como Tiradentes, precisam velar pelo seu futuro, para não correrem o risco de serem degradadas e destruídas pelos fluxos de um turismo devorador e destruidor, incapaz de respeitar o patrimônio histórico (Vide o exemplo negativo de Ouro Preto, do qual nos fala Ângelo Oswaldo). É preciso tomar consciência dos conflitos dos vários tipos de moradores que compõem a população da cidade: os nativos, os forasteiros (artistas, estrangeiros, que recuperaram e revitalizaram a cidade), mas que não querem partilhá-la com farofeiros, pichadores, vândalos. Na Antropologia e Sociologia, esses casos são conhecidos e estudados por Levi-Strauss em sua Antropologia Estrutural (caso dos bororos e nhambiquaras) e por Norbert Elias & John L. Scotson: As lógicas da exclusão (*The established and the outsiders*, 1965). Torna-se necessário descobrir as diferenças e os conflitos latentes entre esses grupos, para “salvar” a cidade e o seu patrimônio.

Finalmente, as cidades que “antes tarde do que nunca” descobriram seus “tesouros” arquitetônicos e urbanísticos, acima comentadas, precisam sim embuir-se do espírito de Aloísio Magalhães e tomar a palavra “revitalização” muito à sério. Isso significa, não transformar a Confeitaria Colombo em museu, mas usá-la como Confeitaria, com todas as sofisticações do passado. Analogamente, o Orient Express foi reativado para fazer viagens de luxo para o passado... O mesmo valeria para o “Bar Luiz” que deve funcionar como choparia, vendendo as modernas marcas como Brama, Antártica, Kaiser, Boêmia. Sem falar dos cinemas, que poderiam reintroduzir as tradições e a unicidade do

Cinema Paradiso, ou equivalente, como um “Quitandinha”, poderia voltar a ser o cenário de filmes da Belle époque, e um cassino de jogos. Isso também valeria para o Hotel Araxá, o Copacabana Palace e tantos outros. A prática dos Hotéis Fazenda poderia fazer escola nas cidades de origem histórica, descaracterizadas mas ainda não de todo perdidas como patrimônio. (Vide Mazza, 2002, p. 1-4).

Nada impede, que ao lado desse “saudosismo” materializado em prédios e tradições que resistiram ao tempo, a arquitetura se volte para o futuro, embelezando as cidades com seu estilo moderno e pós-moderno. Penso aqui nos grandes museus, salas de concerto, salas de feiras e exposições na criação de portos e aeroportos, estações de trem dos TGV ou *Euro-Stars*, ou nos novos bairros residenciais, comerciais, setores bancários, ou, ainda, novas cidades que assumam as funções da era global e informacional. Nada tenho contra a “*global city*” nos termos de Saskia Sassen, desde que sua implementação não bote abaixo a Notre Dame de Paris, o Parlamento de Londres, o Brandenburger Tor de Berlim, ou soterre a Baixa em Lisboa.

(Recebido para publicação em abril de 2003)

(Aceito em junho de 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Das Passagenwerk**. (O Trabalho das Passagens). *Gesammelte Schriften*. (Escritos Completos), Frankfurt: Rolf Tiedeman/M. Suhrkamp, 1987. v.1, p. 517.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**: naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.

LEVI-STRAUSS, Claude. Les organisations dualistes, existent elles? In: LEVI-STRAUSS, C. **Anthropologie structurale**. Paris: Plon, 1958. v. 1, p.147.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **The established and the outsiders**. [s.l.] Sage Publications: Leicester, 1965.

MAZZA, Florença. Herdeiras do Café. Fazendas do Vale do Paraíba abrem as portas do turismo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 out. 2002. Caderno Viagem, p. 1-4.